

## DOCÊNCIA EM FILOSOFIA DENTRO DO CONTEXTO PANDÊMICO E PÓS-REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Carlos Edmilson Avila de Lima <sup>1</sup>  
Lidiane Londero Perlin <sup>2</sup>  
Joacir Marques da Costa <sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

O artigo tem como temática uma leitura da docência em filosofia no contexto da pandemia e pós-reforma do Ensino Médio. Para tanto, buscou-se mapear os desafios e potencialidades de processos de ensino e de aprendizagem neste contexto. A partir disso, e flertando com uma epistemologia de cunho pós-crítico, percorrendo linhas e fugas cartográficas para além dos limites territoriais das metanarrativas educacionais. Com isso, apresenta-se e explora-se outras fronteiras e territórios pedagógicos no campo da educação, postos em relevo na pandemia e na reforma do ensino médio.

Ademais, a analítica de documentos e práticas discursivas são pistas para construir outras experiências educativas, as quais perpassam pelas ações estratégicas de democracia e de inclusão, perpetradas pelo arcabouço de políticas educativas, colocando o sistema educacional em tensão e disputa constante do lugar e o não-lugar do ensino e aprendizagem de filosofia no ensino médio diz do currículo a ser produzido, este lido a partir de suas prescrições, mas, sobretudo, de seus atravessamentos e desdobramentos a uma educação democrática, justa e inclusiva.

Assim sendo, entendemos que historicamente, o ensino de filosofia desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e reflexivos. Contudo a presença do ensino de filosofia sempre foi um território contestado( ), um campo de disputas, não apenas disputas de metodologia e processos de ensino, sobretudo, políticas a partir de interesses políticos. Ou seja, a presença do ensino de filosofia nos currículos está intrinsecamente ligada com o projeto de país que se defende (NUSSBAUM, 2015).

Ademais, no contexto da pandemia e após a reforma do ensino médio (2018), a docência em filosofia enfrenta desafios e oportunidades únicas. Este artigo busca mapear

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Educação da Universidade Federal de Santa Maria – RS, bolsista da CAPES [carlosufsm58@gmail.com](mailto:carlosufsm58@gmail.com);

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Santa Maria – RS, bolsista da CAPES [lidiane.londero@hotmail.com](mailto:lidiane.londero@hotmail.com);

<sup>3</sup> Professor orientador: Doutor em Educação da Universidade Federal de Santa maria – RS, [mc.joacir@gmail.com](mailto:mc.joacir@gmail.com)

esses desafios e potencialidades, adotando uma abordagem epistemologia pós-crítica que nos permite transcender as metanarrativas tradicionais do sistema educacional. Ao fazê-lo, exploramos as fronteiras e territórios pedagógicos emergentes, bem como o impacto das políticas educativas na construção de uma educação mais democrática e inclusiva.

## **METODOLOGIA**

Para abordar esses desafios e potencialidades da docência em filosofia na pandemia e pós-reforma do ensino médio, adotamos uma abordagem epistemologicamente influenciada pela metodologia cartográfica pós-crítica (PARAÍSO, 2004, 2012) A qual busca mapear, e fazer um recorte dessa micropolítica. A cartografia pressupõe um compromisso político com o tema em questão, não tem pretensão de neutralidade que muitas vezes hegemoniza os olhares sobre a educação, em detrimento de uma perspectiva mais regional ou local. Desse modo, com Silva (1994) entendemos que a cartografia nos possibilita fugir das metanarrativas e discursos universais, aliás por meio da cartografia construímos rascunhos de mapas, que nos ajudam a entender determinados problemas.

A história da ciência é marcada por pontos de bifurcação, por zonas de indeterminação, por pequenas quebras, que nos fazem perceber uma espécie de rizoma. Esta imagem se opõe à imagem da ciência que se faz por trajetórias e rupturas, tal como apresenta a história epistemológica. (BARROS; KUSTRUP, 2020, p.55)

Assim sendo, essa abordagem cartográfica reconhece a complexidade e a multiplicidade de perspectivas que disputam as políticas em os horizontes da educação (OLIVEIRA, 2012), e ao buscarmos fugas das metas narrativas, buscamos saídas nas potencialidade das micropolíticas e discursos marginalizados, de modo a reoxigenar os territórios educacionais, como outros olhares e visões acerca dos processos educacionais (PASSO; BARRO, 2009).

## **FRONTEIRAS E TERRITÓRIOS PEDAGÓGICOS EMERGENTES: CONTEXTO DA EPIDEMIA**

Ao adotar uma abordagem pós-crítica, somos incentivados a explorar novos discursos e práticas discursivas, que cruzam as tradicionais fronteiras e territórios do campo educacional, buscando outras práticas pedagógicas que dessem conta dos desafios e demandas que surgiram durante a pandemia e após reforma do ensino médio.

Isso inclui a possibilidade de repensar o currículo de filosofia de maneira mais flexível e adaptável, de modo a atender às necessidades, interesses e demandas dos alunos durante o período de isolamento social. Também nos desafia a pensar como as tecnologias

digitais podem ser integradas de maneira eficaz no ensino de filosofia, garantindo a inclusão de todos os alunos, independentemente de seu acesso à tecnologia.

A pandemia da COVID-19 causou perturbações e abalos sísmicos no campo educacional, desterritorializando tradicionais práticas de ensino e aprendizagem. Dito de outra forma, o isolamento social impactou significativamente no sistema educacional em todo o mundo. O ensino presencial foi interrompido, e a transição para o ensino remoto e híbrido impôs desafios únicos aos educadores.

Assim sendo, podemos dizer que no contexto da filosofia, a natureza discursiva e dialógica da disciplina encontrou obstáculos na comunicação virtual. A discussão de questões filosóficas complexas muitas vezes exigia uma interação mais direta, o que se tornou difícil em um ambiente digital. Além disso, a falta de acesso equitativo à tecnologia e à internet criou disparidades no acesso ao ensino de filosofia. Muitos alunos enfrentam dificuldades em participar de aulas virtuais e acessar recursos online, o que levantou preocupações sobre a inclusão e a justiça no ensino.

Apesar dos desafios, a pandemia também revelou potencialidades na docência de filosofia. A transição para o ensino online ( ensino remoto e/ou híbrido) permitiu a exploração de novas metodologias e ferramentas tecnológicas que, em alguns sentidos, pode enriquecer o ensino e a aprendizagem. O uso de fóruns de discussão online, por exemplo, proporcionou um espaço para debates filosóficos assíncronos, permitindo que os alunos reflitam mais profundamente sobre as questões.

Ademais, a filosofia mostrou sua relevância em tempos de crise, oferecendo ferramentas conceituais para a compreensão das complexidades éticas, políticas e epistemológicas da pandemia. Questões sobre ética médica, justiça social e epistemologia da ciência se tornaram centrais nas discussões filosóficas durante a pandemia.

## **A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES**

A reforma do ensino médio, aprovada em 2018, instituiu a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a qual introduziu mudanças significativas no currículo, incluindo a flexibilização das disciplinas obrigatórias e a promovendo ênfase na formação técnica e profissionalizante, em detrimento de uma formação mais crítica. Desse modo, essas mudanças tiveram implicações para o ensino de filosofia e sua presença na grade curricular do ensino médio. A disciplina, muitas vezes, foi relegada a um papel secundário, com menos horas de

ensino e menor importância atribuída em relação a outras disciplinas (DALLA BUGS; TOMAZETTI, 2022).

Isso levanta questões sobre o lugar e o não-lugar da filosofia no currículo do ensino médio. Como podemos garantir que os alunos tenham a oportunidade de se envolver com a filosofia e desenvolver habilidades críticas e reflexivas em um contexto educacional que valoriza cada vez mais as habilidades técnicas e profissionais.

Ademais, ainda vale penalizar que a nova BNCC está a serviço de uma lógica neoliberal que desde a década de 1980 vem ganhando território no campo educacional e arquitetando as políticas, públicas e privadas (LAVAL, 2019)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As políticas educacionais desempenham um papel crucial na determinação do lugar e do valor atribuído à filosofia no ensino médio. Através da análise de documentos e práticas discursivas, podemos identificar como as políticas educacionais perpetuam ou desafiam a marginalização e exclusão da filosofia dos currículos de ensino médio. Defendemos que a promoção de uma educação democrática e inclusiva exige a defesa do ensino de filosofia como uma disciplina obrigatória para o desenvolvimento de cidadãos críticos e reflexivos.

A docência em filosofia no contexto da pandemia e pós-reforma do ensino médio apresenta desafios significativos, mas também oportunidades para a redefinição da disciplina. Ao adotar uma abordagem epistemologia pós-crítica, podemos explorar novas fronteiras pedagógicas e garantir a inclusão da filosofia no currículo do ensino médio. As políticas educacionais desempenham um papel fundamental nesse processo, e é fundamental que defendamos uma educação mais democrática e inclusiva que reconheça o valor da filosofia na formação de cidadãos críticos e reflexivos.

Assim sendo a pesquisa, conclui que faltam informações e debates acerca dos impactos das referidas leis, além de que a permanência e ampliação do espaço da Filosofia no currículo do E.M. se justifica não só pelo seu valor próprio, mas também por demanda sociais. Conclui-se, também, que a presença do ensino de filosofia apresenta-se como uma ferramenta fundamental à educação de qualidade, além do fato de o ensino de filosofia constituir-se num espaço único para pensarmos os processos sociais e políticos de modo democrático, ampliando nossas visões sobre os problemas e dilemas sociais.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCOSSIA, Liliana. **Pistas do método da Cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2020 p. 52-75.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018.
- DALLA BUGS, Jonathan; TOMAZETTI, Elisete Medianeira. **Como chegamos à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (2018)?**. Olhar de Professor, v. 25, 2022.
- NUSSBAUM, Martha. **Sem Fins Lucrativos**: Por que a democracia precisa das humanidades. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira. **Currículo-teatro**: uma cartografia com Antonin Artaud. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**, v. 1, 2009.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, p. 283-303, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000200002> Acessado em 23 de fevereiro de 2023.
- PARAÍSO, Marluce. Alvez. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MAYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marluce. Alvez (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.